

Economistas pedem mais gastos e menos arrocho

Economia - Brasil

Manifesto conta com mais de 250 assinaturas

NICE DE PAULA E
PAULO DE TARSO LYRA

RIO e BRASÍLIA - Mais de 250 economistas de todo o país já assinaram o manifesto contra a política econômica do governo Lula, que será divulgado oficialmente segunda-feira. A publicação estava prevista para ontem, mas foi adiada na expectativa de atingir 300 nomes.

— As pessoas que estão coordenando pediram mais tempo, porque não pôram de chegar assinaturas. O manifesto fez um sucesso fantástico, muito além do que a gente esperava — disse José Carlos de Assis, um dos coordenadores do protesto.

O texto, intitulado *A Agente da Interditada - Uma alternativa de prosperidade para o Brasil*, afirma que o país está sendo levado a “um beco sem saída” de estagnação e propõe medidas polêmicas, como o aumento dos gastos públicos, eliminação do superávit primário (diferença entre arrecadação e despesas do governo, sem contar os juros), controle da entrada de capitais e do câmbio e queda dos juros. O objetivo é promover o crescimento e gerar empregos.

— Passados cinco meses, a política econômica teria que ter mudado. A situação do país é muito ruim, o desemprego está alto e há ameaça de recessão — explicou Ricardo Carneiro, da Unicamp.

Segundo Carneiro, as medidas propostas não trazem riscos à inflação que está “em patamar muito baixo”. Ele frisou que não se trata de um movimento de oposição política.

— Não vejo alternativa ao governo Lula. O governo é esse. A política econômica é que não é essa — disse.

“Não queremos crescer com inflação”, diz Palocci

Para Luiz Gonzaga Belluzzo, o manifesto é um alerta sobre a situação difícil que o país enfrenta.

— A idéia é apresentar alternativas à política econômica — disse.

Os responsáveis pela política econômica rebateram as críticas dos economistas. O ministro da Fazenda, Antônio Palocci, afirmou que a política econômica está sendo conduzida de maneira segura. De acordo com o ministro, o Brasil não está em recessão e as medidas tomadas até o momento são fundamentais para o Brasil recuperar a estabilidade.

— Estamos no caminho certo. O Brasil viveu uma crise no ano passado e essa transição deve ser feita de forma segura, adequada e ordenada — afirmou.

Palocci lembrou que os juros não são o único componente que permite a transição de um período de ajustamento para um de equilíbrio. E não deu sinais se o Comitê de Política Monetária (Copom) poderá reduzir a taxa Selic — atualmente em 26,5% — na próxima semana.

— As medidas têm que ser tomadas na hora certa. Não queremos crescer com inflação. Não queremos que o povo pague a conta mais uma vez — frisou o ministro.

Para o presidente nacional do PT, José Genoino, o documento dos economistas não se sustenta.

— Se seguirmos o que esses economistas querem, o Brasil quebra no dia seguinte — afirmou.

A economista Maria de Conceição Tavares, que tem feito duras críticas ao governo, não assinou o manifesto.

nic@jb.com.br
ptarso@jb.com.br

Receita para mudar o país

CÂMBIO

Controle de capitais externos e controle do câmbio em nível favorável às exportações

SUPERÁVIT

Redução do superávit primário até sua eventual eliminação pelo aumento responsável dos gastos públicos, enquanto perdurar o alto desemprego.

GASTOS PÚBLICOS

Ampliação dos gastos públicos da União, Estados e municípios, com prioridade para a ampliação dos serviços de educação, saúde, segurança, assistência e habitação, grandes geradores de empregos, inclusive mediante a renegociação das dívidas dos Estados e municípios

JUROS

Redução significativa da taxa básica de juros, a Selic, indispensável à retomada dos

investimentos privados;

COMPETITIVIDADE

Investimentos públicos e privados em saneamento e infra-estrutura (logística e energia), para assegurar a melhoria da competitividade da economia

EXPANSÃO DA INDÚSTRIA

Incentivo a investimentos imediatos em setores privados que estão operando em níveis próximos da plena capacidade

COMÉRCIO EXTERIOR

Manutenção e ampliação da política de incentivo às exportações

INFLAÇÃO

Criação de política de rendas pactuadas para controle da inflação

Leia a íntegra do documento no

JB ONLINE